



Requerimento nº 47/2009
(Dos Srs. Luiz Couto, Marco Maia e Reginaldo Lopes)

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a avaliar o Estatuto da Juventude e as resoluções da Conferência Nacional da Juventude, conhecer ações que estão sendo implementadas pelo governo federal e debater propostas de políticas públicas para a Juventude nas esferas municipal e estadual.

Justificativa

O Brasil conta hoje com mais de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, segundo dados do IBGE. O problema é que a sociedade não se preparou para receber este enorme contingente de pessoas, nem lhe ofereceu as condições mínimas para o exercício pleno de sua cidadania.

Os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da falta de investimentos em educação, saúde, cultura e esporte.

As principais vítimas de violações dos direitos humanos hoje, no Brasil, são os jovens. Os homicídios são a principal causa de morte dos jovens - a cada duas mortes de jovens entre 15 e 24 anos, uma foi por homicídio. 2/3 da população carcerária têm entre 18 e 24 anos 22% das jovens entre 15 e 19 anos já são mães, a grande maioria, solteiras. De cada 15 jovens brasileiros, apenas cinco conseguem chegar ao ensino médio e só um ao ensino superior. 87% dos jovens nunca foram ao teatro ou a museus.

Mas estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem mostra-se eficaz para enfrentar os desafios gerados por esse quadro crítico. Assim, uma tarefa relevante para promover os direitos humanos dessa vasta parcela da população é difundir políticas públicas em todas as esferas de governo e ações no âmbito da sociedade civil capazes de criar oportunidades para os jovens e valorizar na sociedade a temática da juventude.

As conferências nacionais setoriais constituem uma inovação da democracia brasileira, na medida em que abrem espaços para a participação de todos os interessados e envolvidos no debate dos grandes temas. Outra conquista a se



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



destacar é o Estatuto da Juventude. Avaliar as principais resoluções da Conferência Nacional da Juventude e as proposições contidas no Estatuto é um caminho para conhecer o manancial de propostas já apresentadas.

O passo seguinte é conhecer as ações governamentais em curso, sua dimensão e resultados. Finalmente é preciso elaborar novas propostas, com destaque àquelas dirigidas aos municípios e estados. Quanto mais próximas do cotidiano do jovem cidadão, mais essas políticas públicas poderão contribuir para desenhar uma perspectiva mais favorável para nossa Juventude.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2009

Deputado Luiz Couto-PT/PB

Deputado Marco Maia-PT/RS

Deputado Reginaldo Lopes-PT/MG